

# O DEBATE DA INTERSETORIALIDADE NAS AÇÕES VINCULADAS À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: realidade e perspectivas do caso brasileiro<sup>1</sup>

**Ingrid Karla da Nóbrega Beserra**

Universidade Federal do Tocantins - UFT, Palmas/TO, Brasil

<https://orcid.org/0000-0002-8231-9300>

[ingrid.nobrega@mail.uft.edu.br](mailto:ingrid.nobrega@mail.uft.edu.br)

**Urânia Flores da Cruz Freitas**

Universidade de Brasília - UnB, Brasília/DF, Brasil

<https://orcid.org/0000-0002-2143-0590>

[uraniaflores@gmail.com](mailto:uraniaflores@gmail.com)

## RESUMO

No âmbito das políticas públicas, a ação intersetorial é entendida como uma diretriz importante para o direcionamento e planejamento das ações. Para Cunill – Grau (2005), a intersetorialidade está relacionada à integração de diversos setores, governamentais ou outras instituições (privadas, não governamentais, entre outras) com o objetivo de prestar a resolução de problemas sociais e complexos. No caso do segmento da População em Situação de Rua (PSR), essa diretriz está presente na Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, instituídos pelo Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009, bem como nas defesas efetuadas nos fóruns, demais normativas e em todos os debates vinculados ao problema que será discutido nesse artigo. Apesar da importância da atuação intersetorial, não se pode negar que a estrutura de proteção social brasileira foi construída sob forte setorização, fator que dificulta o diálogo e financiamento entre políticas. Considerando esses aspectos, a proposta que ora se apresenta tem como objetivo discutir a intersetorialidade por meio da realidade presente nos debates atuais relacionados à População em Situação de Rua (PSR), bem como a partir das perspectivas que tenham como foco a construção de medidas efetivas para o enfrentamento do problema. A análise que se apresenta para essa pesquisa dialoga ainda com o aspecto qualitativo de um objeto específico a ser investigado: a intersetorialidade entre políticas voltadas ao segmento da PSR. Para Martinelli (1999), a pesquisa qualitativa pretende conhecer o sujeito e suas experiências sociais. Os métodos de pesquisa têm como foco o uso da pesquisa documental, considerando a importância das legislações e outros documentos vinculados ao tema, bem como da pesquisa bibliográfica. Este artigo é resultado do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), do curso de Especialização em Políticas Públicas para a População em Situação de Rua, promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional, do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares (Ceam).

**PALAVRAS-CHAVE:** Brasil; Intersetorialidade; Políticas Públicas; População em situação de rua.

<sup>1</sup> O artigo é resultado do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), do curso de Especialização em Políticas Públicas para a População em Situação de Rua, promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional, do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares (Ceam), sob orientação da Professora Urânia Flores da Cruz Freitas.

## THE DISCUSSION OF INTERSECTORIALITY IN THE ACTIONS LINKED TO THE HOMELESS POPULATION: reality and perspectives of the Brazilian case

### ABSTRACT

In the context of public policies, intersectoral action is understood as an important guideline for the direction and planning of actions. For Cunill - Grau (2005), intersectorality is related to the integration of various sectors, governmental or other institutions (private, non-governmental, among others) with the objective of solving social and complex problems. In the case of the Homeless Population segment (PSR), this guideline is present in the National Policy for the Homeless Population and its Intersectoral Monitoring Committee, established by Decree No. 7053 of 23 December 2009, as well as in the defenses made in forums, other regulations and in all debates linked to the problem that will be discussed in this article. Despite the importance of intersectoral action, it cannot be denied that the Brazilian social protection structure was built under strong sectoralization, a factor that hinders dialogue and funding among policies. Considering these aspects, the proposal presented here aims to discuss intersectorality through the reality present in the current debates related to the Homeless Population (PSR), as well as from perspectives that focus on the construction of effective measures to address the problem. The analysis presented for this research also dialogues with the qualitative aspect of a specific object to be investigated: the intersectorality between policies aimed at the PSR segment. For Martinelli (1999), qualitative research aims to know the subject and his social experiences. The research methods focus on the use of documental research, considering the importance of legislations and other documents linked to the theme, as well as bibliographical research. This article is the result of the End of Course Work (TCC) of the Specialization course in Public Policies for the Homeless Population, promoted by the Graduate Program in Development, Society and International Cooperation, of the Center for Advanced Multidisciplinary Studies (Ceam).

**KEYWORDS:** Brazil; Homeless; Intersectorality; Public Policies.

## EL DEBATE SOBRE LA INTERSECTORIALIDAD EN LAS ACCIONES VINCULADAS A LAS PERSONAS SIN HOGAR: realidad y perspectivas del caso brasileño

### RESUMEN

En el contexto de las políticas públicas, la intersectorialidad es entendida como una importante directriz para la orientación y planificación de las acciones. Para Cunill - Grau (2005), la intersectorialidad se relaciona con la integración de diversos sectores, gubernamentales u otras instituciones (privadas, no gubernamentales, entre otras) con el fin de proporcionar la resolución de problemas sociales y complejos. En el caso del segmento de la personas sin hogar (PSR), esta directriz está presente en la Política Nacional para la Población en Situación de Calle y en su Comité Intersectorial de Monitoreo y Seguimiento, creado por el Decreto nº 7053, del 23 de diciembre de 2009, así como en las defensas realizadas en foros, otras normativas y en todos los debates vinculados al problema que se tratarán en este artículo. A pesar de la importancia de la acción intersectorial, no se puede negar que la estructura de la protección social brasileña se construyó bajo una fuerte sectorialización, factor que dificulta el diálogo y la financiación entre políticas. Teniendo en cuenta estos aspectos, la propuesta que aquí se presenta tiene como objetivo discutir la intersectorialidad a través de la realidad presente en los debates actuales relacionados con la personas sin hogar (PSR), así como desde perspectivas que se centran en la construcción de medidas eficaces para hacer frente al problema. El análisis presentado para esta investigación también dialoga con el aspecto cualitativo de un objeto específico a ser investigado: la intersectorialidad entre las políticas dirigidas al segmento de la PSR. Para Martinelli (1999), la investigación cualitativa tiene como objetivo conocer al sujeto y sus experiencias sociales. Los métodos de investigación se centran en el uso de la investigación documental, considerando la importancia de la legislación y otros documentos relacionados con

el tema, así como la investigación bibliográfica. Este artículo es resultado del Trabajo de Fin de Curso (TCC), del curso de Especialización en Políticas Públicas para la Población en Situación de Calle, promovido por el Programa de Posgrado en Desarrollo, Sociedad y Cooperación Internacional, del Centro de Altos Estudios Multidisciplinares (Ceam).

**PALABRAS CLAVE:** Brasil; Intersectorialidad; Políticas públicas; Personas sin hogar.

Artigo submetido ao sistema de similaridade

Submetido em: 14/11/2023 – Aprovado em: 25/02/2023 – Publicado em: 28/04/2023

\*Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional.

## 1 INTRODUÇÃO

A ampliação do contingente de pessoas que vivem nas ruas tem sido uma preocupação por parte do Estado, de instituições acadêmicas e de outros setores da sociedade. Na particularidade brasileira, tal questão ainda se torna mais complexa dadas as configurações históricas que permeiam a formação social e política, ampliação do desemprego, pelo aviltamento de direitos e do investimento em políticas sociais.

Assim, a proposta que ora se apresenta se vincula ao interesse de ampliar os estudos em torno da População em Situação de Rua (PSR) e das políticas que estão imbricadas a esse segmento, de modo particular, a Política de Saúde e a Política de Assistência Social. Tal interesse surge também da necessidade em sistematizar informações sobre a atuação estatal na condução de ações intersetoriais.

O interesse pelo debate aqui proposto surge da relação com a minha atuação no âmbito da Secretaria Estadual de Assistência Social e Direitos Humanos (SEDSODH), do Rio de Janeiro, entre os anos de 2018 e 2021. A experiência nesse espaço ocupacional como assessora técnica e, posteriormente, como coordenadora de educação permanente, foi de suma importância para que a discussão em torno da política pública e da intersectorialidade fosse transformada como ponto de partida à análise da População em Situação de Rua, nesse trabalho.

Na esfera estadual, as ações não se destinam à execução direta de serviços (assim como acontece nos municípios). No entanto, é nesse setor que são direcionadas ações importantes de coordenação, cooperação e assessoramento entre as diversas instituições que permeiam as políticas públicas.

Sabe-se ainda que políticas públicas, como saúde e assistência social, possuem diversas particularidades e objetivos específicos. No caso brasileiro, esses campos foram ainda construídos sob forte setorização, fator que dificulta a prática da intersectorialidade, uma das diretrizes mais defendidas para o atendimento voltado à PSR. Há que se asseverar que o debate que permeia esse segmento deve ser conduzido por meio da análise das complexidades e das múltiplas determinações que o envolvem.

Além dessas questões, observa-se que persistem diversas formas de preconceitos e de negação de direitos por parte dos serviços e dos profissionais envolvidos com a particularidade da População em Situação de Rua. Nesse sentido, assevera-se que qualquer ação que se destine à PSR deve se materializar não apenas aos usuários dos equipamentos públicos, mas também aos profissionais que neles atuam.

A própria Política Nacional para Inclusão da População em Situação de Rua (PNPSR) afirma que a (re) integração desse grupo populacional só é

possível se forem considerados os princípios da interdisciplinaridade e da intersetorialidade entre as diversas pastas governamentais, instituições e movimentos da sociedade civil organizada (BRASIL, 2008).

De acordo com as questões apresentadas, a proposta desse artigo – resultado do TCC da Especialização em Políticas Públicas para a População em Situação de Rua, promovida pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional, do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares (Ceam) - torna-se relevante pela necessidade da ampliação do debate, da construção de novos dados e informações sobre a realidade da PSR; pelo incentivo à reflexão dos processos de trabalho vinculados ao atendimento do segmento em questão; pela demanda de políticas públicas efetivas; e de programas que sejam capazes de garantir o acesso a direitos sociais.

Além disso, essa proposta se justifica pela necessidade de compreensão e discussão das propostas intersetoriais que vêm sendo propostas pelo Estado Brasileiro, que por sua vez vivencia reconfigurações contraditórias e criminalizantes no atendimento e enfrentamento à pobreza nos últimos anos.

Dessa maneira, reafirma-se que o TCC apresentado à especialização e, portanto, os resultados aqui contidos têm como objetivo geral analisar a intersetorialidade por meio dos debates atuais relacionados à População em Situação de Rua (PSR), bem como a partir das perspectivas que tenham como foco a construção de medidas efetivas para o enfrentamento do problema, no Brasil. Como objetivos específicos, destaca-se: problematizar o conceito de intersetorialidade, considerando a particularidade da estrutura e organização das políticas sociais brasileiras (1); identificar as ações intersetoriais, voltadas à PSR, que vêm sendo elaboradas no âmbito pelo Estado Brasileiro (2); e analisar as perspectivas ao trabalho voltado à PSR, em âmbito nacional (3).

Esse trabalho foi elaborado por meio de uma análise qualitativa em torno de políticas públicas que atuam diretamente no atendimento à PSR. Nesse caso, a proposta dialogou ainda com os desenhos propostos pelas políticas públicas, tal como é feito em estudos analíticos. Para Arretche (1998), a análise de uma política se configura como o exame da engenharia institucional e dos traços constitutivos dos programas. Para desenvolver o trabalho por meio da análise qualitativa, foram utilizadas a pesquisa documental e a pesquisa bibliográfica.

Na análise documental foram considerados registros estatísticos; Normas Operacionais; Instruções Normativas; Notas Técnicas; e documentos que sistematizem a atuação do Estado Brasileiro ao segmento da População em Situação de Rua.

## **2 A população em situação de rua no brasil: caracterização e reflexões**

A População em Situação de Rua (PSR) representa um fenômeno de múltiplas determinações, que envolve questões de natureza econômica, social,

cultural, de saúde mental, entre outras. Esse fenômeno pode ser compreendido também como uma das expressões da questão social, direcionando assim um desafio imperativo para o Estado, no sentido da necessidade de implementação de políticas públicas que sejam capazes de contribuir para o acesso a direitos sociais.

O fenômeno em questão se torna ainda mais complexo tendo em vista as diversas formas de violações de direitos, do não investimento público em programas ou projetos sociais e das estigmatizações que permeiam o debate. De acordo com a Política Nacional para a Inclusão da População em Situação de Rua (2008),

As visões estigmatizantes da sociedade civil, e também do Estado, sobre a população em situação de rua costumavam restringir-se às pulsões assistencialistas, paternalistas, autoritárias e de “higienização social”. Essas perspectivas não poderiam dar conta do complexo processo de reinserção destas pessoas nas lógicas da família, do trabalho, da moradia, da saúde e das tantas outras esferas de que estão apartadas (BRASIL, 2008, p.4).

Além dessas visões e estratégias estigmatizantes que persistem no âmbito da sociedade e do Estado, outro fator que se coloca como um desafio à PSR é justamente a heterogeneidade de conceitos e situações para definir esse grupo populacional.

De acordo com a definição do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, a PSR é compreendida como

Grupo populacional heterogêneo, caracterizado por sua condição de pobreza extrema, pela interrupção ou fragilidade dos vínculos familiares e pela falta de moradia convencional regular. São pessoas compelidas a habitar logradouros públicos (ruas, praças, cemitérios, etc.), áreas degradadas (galpões e prédios abandonados, ruínas, etc.) e, ocasionalmente, utilizar abrigos e albergues para pernoitar (BRASIL, 2008, p. 8).

Esse fator, imbricado a estrutura setORIZADA das políticas sociais brasileiras, coloca-se como um desafio para a inclusão da população em situação de rua. Além disso, a diversidade desse grupo e as distintas localizações nas quais se encontram tornam ainda mais difíceis a sua caracterização e o direcionamento de ações eficazes.

No Brasil há um grande número de pessoas vivendo em situação de rua. No censo realizado em 2008, havia cerca de 50.000 pessoas nesta condição. Considerando que nas grandes cidades este fenômeno é mais expressivo, tal pesquisa foi realizada em localidades nas quais o número de habitantes foi igual ou superior a 300 mil, fato que não representa a totalidade do segmento (BRASIL, 2008).

É importante refletir que os estudos que se direcionam ao levantamento da PSR são realizados de forma heterogênea, muitas vezes desenvolvidos apenas pelas Secretarias de Assistência Social dos maiores municípios ou por



diversas formas de amostragem. Estes são realizados ainda com divergência de conceitos e metodologias, apesar das diretrizes estabelecidas pela PNPR.

Por ser uma população transitória, a PSR ainda acaba enfrentando a criminalização e as diversas formas de preconceito diariamente. Há também certa invisibilidade pelos institutos de pesquisa nacionais para a consolidação do perfil e dos desafios que são enfrentados diariamente.

Considerando esses elementos, compreende-se que o fenômeno da população em situação de rua se caracteriza por um conjunto de determinações e particularidades, que assumem também certas especificidades, de acordo com a conjuntura e a localização na qual está inserido.

Torna-se importante ressaltar também que o conjunto dessas determinações se vincula à formação da sociedade capitalista, na medida em que a PSR se configura como parte da chamada superpopulação relativa, entendida como parcela que excede a capacidade de absorção do mercado formal de trabalho.

Entre as diversas particularidades que permeiam e decorrem desse campo, visualizam-se formas de exploração, precarização do trabalho, racismo e estigmas direcionadas cotidianamente à PSR.

Destarte, questiona-se: como o Estado brasileiro vem atuando para a garantia de direitos voltados a esse segmento, considerando-se a existência da ampla setorização na estrutura e organização das políticas sociais?

O fundamental para isso é entender que para garantir à universalidade de direitos, os estudos e políticas voltados ao segmento aqui discutido defendem a diretriz da intersetorialidade como uma estratégia de diálogo entre as políticas públicas, tanto na sua fase de elaboração, quanto na fase de implementação. A articulação deve se manifestar tanto na política de saúde, quando na política de educação, de assistência, de segurança pública, entre outras transversais, de forma a garantir financiamento, objetivos e diretrizes em comum.

É claro que existem aspectos estruturais dessa sociedade (racismo, patrimonialismo, clientelismo, entre outros) que se colocam como grandes desafios à superação da formação brasileira, da desigualdade social e da pobreza. Além disso, as políticas públicas brasileiras foram sendo construídas sob forte setorização, fator que desafia à implementação da intersetorialidade, a gestão e o financiamento compartilhado.

Considerando o objetivo deste estudo, o tópico abaixo abordará o debate em torno da intersetorialidade, conceitos e desafios que estão postos à sua efetivação diante do contexto vinculado à PSR, no Brasil.

### **3 Políticas públicas e intersetorialidade**

O conceito de políticas públicas está associado às relações que se manifestam entre Estado, sociedade e campos do conhecimento. Nessa processualidade, verifica-se uma complexidade histórica, de antagonismos e

particularidades das partes citadas.

Ianni (1986) assevera que o Estado é criatura da sociedade. Dessa maneira, essa instituição só adquire um caráter político a partir do século XVII quando vai se afastando das influências religiosas, com o surgimento da burocracia e do controle da sociedade civil.

No âmbito da sociedade capitalista, os conflitos presentes na relação entre Estado e sociedade se ampliam dadas as relações de classe e dominação de poder. Tais aspectos reforçam que não é possível proceder qualquer análise em torno da função estatal sem considerar os aspectos presentes na sociedade. Em torno desse campo, inserem-se as políticas públicas. Estas se conformam como o resultado da atividade política

Por sua vez, as políticas públicas (*policies*) seriam o resultado da atividade política (*politics*), além de envolverem um conjunto de decisões para a implementação de ações. Essas atividades políticas, no entanto, se referem às alternativas que venham a ser pautadas de acordo com a hierarquia e escolha dos atores (RUA, s/d).

Torna-se importante ressaltar que a política pública pode ser tanto ação estatal quanto campo do conhecimento. Esse último aspecto coloca tanto o governo em ação, quanto propõe análises/ avaliações para propor mudanças ao que vem sendo executado.

Nesse sentido, assevera-se que o debate em torno da política pública possui heterogeneidades teóricas e práticas. É campo que se debate em várias áreas do conhecimento e sob diversas operacionalizações. Nesse complexo, uma das diretrizes defendidas como sendo de suma importância é a intersetorialidade.

Esse lugar central ocupado pelo debate da intersetorialidade no âmbito das políticas públicas ganha força principalmente a partir da década de 1980, particularmente no âmbito do setor saúde, considerando a discussão em torno de seu conceito ampliado e dos determinantes sociais.

Mas afinal, de qual intersetorialidade estamos falando? Cunill – Grau (2005), afirma que a noção de intersetorialidade está relacionada à integração de diversos setores, principalmente governamentais, embora esses não sejam os únicos, com objetivo de direcionar a resolução de problemas que apresentem certa complexidade. Essa intersetorialização implica também em relações de colaboração, não hierárquicas e não contratuais.

Costa e Bronzo (2012) afirmam ainda que a intersetorialidade pode permitir uma maior efetividade à sustentabilidade das políticas, evitando sobreposição de ações e direcionando organicidade, já que pode traduzir uma resposta integralizada às questões identificadas.

No Brasil, a defesa dessa diretriz ganha ainda mais força com as mudanças advindas com a Constituição Federal de 1988. Esta passa a gerar novas competências e atribuições às políticas públicas, com base em um Estado Federativo. Esse reordenamento direciona ainda novas atribuições aos governos



locais.

Com a descentralização, estados e municípios passam a ter novas competências. Apesar disso, não se pode afirmar que isso significou maior articulação entre instituições e políticas públicas, já que em âmbito nacional essas reconfigurações foram se manifestando de forma setorializada e fragmentada.

Ainda em relação a isso, Mota (2015) ratifica que a estruturação da Seguridade Social brasileira se constituiu com certa fragilidade, ainda que as suas bases tenham sido conceitualmente construídas com base nos sistemas de proteção social de países desenvolvidos.

Cabe ainda ressaltar que a descentralização e municipalização colocam inúmeros desafios à efetividade das políticas públicas e da geração de uma intersectorialização entre as políticas públicas, já que muitos municípios não possuem densidade econômica, populacional e estrutural que permitam a projeção de ações concretas na condução de políticas públicas (ARRETCHE, 2000).

Os aspectos mencionados refletem os desafios que precisam ser enfrentados para a intersectorialização das políticas em âmbito nacional, bem como para a compreensão dos sujeitos sociais em totalidade.

De acordo com Beserra (2021),

Esse modelo setorializado está condicionado a um entendimento fragmentado do sujeito social que, conseqüentemente, implica também em um atendimento fragmentado das demandas e das respostas com as quais as políticas públicas se direcionam. Isso significa que muitas estratégias, dentro de um mesmo setor, passam a se direcionar de formas isoladas (BESERRA, 2021, p. 72).

Dessa maneira, as particularidades discutidas nesse tópico nos levam a refletir sobre a importância da intersectorialidade na condução das ações inseridas no campo das políticas públicas, porém identificando as complexidades presentes. É necessário conhecer os desafios impostos pela estrutura e organização das políticas públicas brasileiras, bem como no investimento direcionado a algumas áreas, como é o caso das ações voltadas à População em Situação de Rua (PSR).

Assim, o tópico seguinte abordará as questões presentes no âmbito das principais normativas voltadas ao segmento da PSR, enfatizando as perspectivas para o caso brasileiro e os caminhos que podem ser trilhados para uma maior efetividade das ações.

#### **4 A intersectorialidade nas ações vinculadas à população em situação de rua: perspectivas do caso brasileiro**

As políticas públicas são mediações importantes na relação entre Estado e sociedade. Na particularidade brasileira, as políticas de saúde, assistência social e

previdência social compõem o chamado tripé da Seguridade Social. A gestão dessas áreas deve ser organizada de forma efetiva e compartilhada entre os entes federados, de modo que sejam prestados serviços, programas e projetos aos usuários que demandam atendimento.

Embora tenham sido citados os campos que permeiam a Seguridade Social Brasileira, torna-se importante ressaltar que outras políticas públicas também se organizam de forma descentralizada no país, de forma a contemplar um conjunto de ações estratégicas voltadas às necessidades da população.

Para o atendimento das demandas vinculadas ao segmento da População em Situação de Rua (PSR), a diretriz da intersetorialidade é amplamente defendida nas normativas, manifestações e pelo Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR), já que os sujeitos sociais que vivem nas ruas estão imersos em diversas complexidades.

As principais normativas vinculadas ao problema que se discute nesse trabalho estão justamente imbricadas ao campo da Seguridade Social. Entre estas, pode-se citar:

- No âmbito da Assistência Social: a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), a Política Nacional de Assistência Social e a Tipificação dos Serviços Socioassistenciais;
- No âmbito do setor saúde: Política Nacional de Atenção Básica (2011), que estabelece a estratégia dos Consultórios na Rua, e todas as demais normativas vinculadas ao Sistema Único de Saúde (SUS), já que este tem como um dos seus princípios a universalidade.

Os aspectos previstos nessas políticas ressaltam a importância de garantia do acesso da PSR aos direitos que foram sendo historicamente violados. Como uma forma de superação da desigualdade social, da vulnerabilidade e da negação da proteção social, a Política Nacional para a População em Situação de Rua reforça a preocupação em serem pensadas ações intersetoriais e integralizadas para o atendimento desse segmento populacional.

Porém, como visto no tópico anterior, a estrutura e organização das políticas sociais brasileiras veio sendo construída sob forte setorização. A dinâmica de repasse de financiamento e a gestão pública também vivenciam os desafios para a construção de ações mais efetivas no âmbito da coordenação e cooperação de políticas públicas. Torna-se preciso quebrar uma longa barreira histórica, além de reformular a compreensão dos campos de atuação das políticas públicas, de modo que o princípio da intersetorialidade possa de fato se materializar.

Identifica-se que a intersetorialidade tem se situado num discurso acrítico, repetitivo e por diversas vezes “romantizado”, sem que existam as quebras dos muros que solidificam essa tradição setorizada e fragmentada presente no âmbito das políticas públicas. Com isso não se pretende afirmar que os objetivos, princípios

e diretrizes dos campos da proteção social se misturem, mas que de fato sejam construídas as condições objetivas para tal.

Particularidades como a da População em Situação de Rua só poderão ser enfrentadas com a compreensão das dimensões que compõem o ser social, de modo que as ações estratégicas ultrapassem as respostas paliativas e de fato garantam o acesso desses sujeitos aos seus direitos sociais, à cidadania e à dignidade.

No conjunto das políticas que estão vinculadas diretamente a esse segmento, verificam-se perspectivas, defesas e lutas pautadas, na maioria das vezes, pelos atores sociais que se articulam ao problema que ora se discute. Porém, é preciso ir além da boa vontade dos movimentos/ normativas e instituir financiamento adequado para o enfrentamento do problema em questão.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O debate em torno da intersetorialidade está presente nas normativas vinculadas às políticas públicas brasileiras. Apesar disso, a sua materialização enfrenta os desafios da estrutura e organização da proteção social do país.

No campo vinculado ao segmento da População em Situação de Rua (PSR) essa diretriz está presente em diversos espaços. Assim, com base nos aspectos mencionados nesse trabalho, cabe destacar que intersetorializar as ações é fundamental, porém é necessário que sejam criadas as condições objetivas, com base no fortalecimento da gestão, do financiamento compartilhado, na formulação de respostas coordenadas e cooperadas por todos os entes federados.

Materializar a diretriz da intersetorialidade é ir além de respostas normativas. E, no caso da PSR, está ainda para além de respostas paliativas. Reforça-se ainda que não é possível operacionalizar políticas públicas para o enfrentamento do problema, mantendo as raízes dessa questão, ou seja, mantendo-se a relação contraditória entre as classes sociais, a pobreza, a desigualdade social, o aviltado financiamento às políticas públicas e a manutenção de uma gestão setORIZADA.

## REFERÊNCIAS

ARRETCHE, Marta. **Tendências no estudo sobre avaliação**. IN **Avaliação de Políticas Sociais**. Rico, EM (org) São Paulo: Cortez; IEE, 1998. P 29-49.

\_\_\_\_\_. **Estado Federativo e Políticas Sociais: determinantes da descentralização**. São Paulo: Fapespe, 2000.

BESERRA, Ingrid Karla da Nóbrega. **Políticas Públicas e Intersectorialidade Frente à Epidemia de Zika Vírus: Desafios e Estratégias nos Casos de Pernambuco e do Rio de Janeiro**. Tese de Doutorado. Niterói, 2021.

\_\_\_\_\_. **O Debate da Intersetorialidade nas Ações Vinculadas à População em Situação de Rua: realidade e perspectivas do Caso Brasileiro. Especialização em Políticas Públicas para a População em Situação de Rua.** Brasília, 2022.

BRASIL (2008). **Política Nacional para a Inclusão da População em Situação de RUA.** Disponível em: [http://www.justica.pr.gov.br/sites/default/arquivos\\_restritos/files/documento/2019-08/pol.nacional-morad.rua\\_.pdf](http://www.justica.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2019-08/pol.nacional-morad.rua_.pdf) . Acesso em 20 de fevereiro de 2020.

\_\_\_\_\_. (1993). **Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS).** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8742.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8742.htm) . Acesso em 20 de fevereiro de 2020.

\_\_\_\_\_. (1990). **Lei Orgânica da Saúde.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8080.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm) . Acesso em 20 de fevereiro de 2020.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Pesquisa nacional sobre a população em situação de rua.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, abr. 2008. Disponível em: <[http://www.mds.gov.br/backup/arquivos/sumario\\_executivo](http://www.mds.gov.br/backup/arquivos/sumario_executivo) > Acesso em: out. 2015.

\_\_\_\_\_. **Decreto Presidencial nº 7.053**, de 23 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Seção 1, 24 dez. 2009.

COSTA, Bruno Lazzarotti Diniz; BRONZO, Carla. Intersetorialidade no enfrentamento da pobreza: o papel da implementação e da gestão. In: FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. **Implementação de políticas públicas: teoria e prática.** Ed Puc Minas, 2012.

CUNILL-GRAU, Nuria. A intersectorialidade nas novas políticas sociais: uma abordagem analítico conceitual. In: **Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate.** – N. 26 (2016). Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2005.

IANNI, Otávio. Classe e nação. Petrópolis: Vozes, 1986.

MARTINELLI, Maria Lúcia (org.). **Pesquisa Qualitativa um instigante desafio.** São Paulo. Veras Editora, 1999.

MOTA, Ana Elizabete. **Cultura da Crise e Seguridade Social no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2015.

RUA, M.G. **Análise de Políticas Públicas: conceitos básicos.** Texto digitado, s/d. 18pp.